CARTAS

Foi com grande satisfação que tomamos conhecimento do retorno da revista *Agroanalysis*, na qual já tive a honra, ainda como servidor público, na Conab, de colaborar com algumas modestas matérias.
Infelizmente, em função de compromissos de viagem a trabalho, não pudemos comparecer ao evento de relançamento desta prestigiada publicação, que vem em hora oportuna e muito nos alegra.
Aproveitamos o ensejo para expressar votos de pleno sucesso neste novo empreendimento, colocando-nos à disposição para qualquer colaboração que porventura possamos prestar aos colegas da *Agroanalysis*.

Carlos Cogo
Agriplan-Planejamento Agropecuário Ltda. Porto Alegre, RS

Parabenizo a Direção da Fundação Getulio Vargas e especialmente o Instituto Brasileiro de Economia, através do seu Centro de Estudos Agrícolas, pelo relançamento da revista *Agroanalysis*.
A revista é elaborada por técnicos altamente capacitados, que apresentaram um primoroso trabalho nos dois primeiros números, através de informações claras e objetivas, com grande repercussão na imprensa e, principalmente, nos meios acadêmicos nacionais. Parabéns.

José Francisco Filho
Chefe do Centro de Estudos de Empresas
Fundação Getulio Vargas
Rio de Janeiro

Por compromisso assumido na mesma data, não pude compartilhar o sucesso do relançamento da revista *Agroanalysis*, parabenizando-os pela maravilhosa iniciativa.

Ataide Alves
Secretário Executivo
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília, DF

Nota

Na edição de outubro, por equívoco, não creditamos a autoria do esquema gráfico descritivo do processamento de suco cítrico, publicado na página 20. A autora do gráfico é Elizabeth Steger, cujo estudo Trinta Anos de Desenvolvimento em Processamento de Citros foi divulgado pela *Revista Técnico-Científica de Citricultura, 2*, 1990.

A Redação

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho e copy), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Virginia Wanick Vieira (algodão, borracha, cacau).

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Deise Jaffar de Lima e Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Estagiários:
Ana Paula Grether de Mello Carvalho, Lucimara Brant Pessoa.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de texto: Clóvis Mendes de Moraes, Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães.
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza e Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim, Paulo Appolinário.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 – Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Abgar Renault, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Duarte Prado, Gilberto Ulhôa Canto, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Rubens D'Almada Horta Pôrto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Guilherme Augusto Frering, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Julian M. Chacel
Vice-diretor: Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos das Empresas
José Francisco Filho

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

2 **Entrevista com Maílson Ferreira da Nóbrega**

6 **Cartas**

8 **Especial: O agribusiness brasileiro e o próximo governo (2ª parte)**

10 **Especial: Os novos sistemas de financiamento das safras**

13 **Conjuntura do agribusiness**

30 **Índice FGV/ ABAG (IABAG) 1994**

32 **IBGE — Síntese estatística**

34 **Oferta e demanda**

36 **Estatísticas agropecuárias**

42 **Panorama agropecuário**

46 **Panorama internacional**

48 **Janela aberta**

Editorial

Carta verde

A safra de verão de 1994/95 já causa preocupação. Em fins de outubro, o plantio estava atrasado em várias das principais regiões produtoras do país em razão da prolongada estiagem que atingia o Centro-Sul.

O resultado da safra ainda não está comprometido. É possível até que, dentro de alguns meses, estejamos a celebrar um ótimo resultado, pelo qual, aliás, todos torcemos.

De qualquer forma, esta será mais uma safra de São Pedro, pois dependerá sobremaneira do retorno imediato das chuvas, para que o plantio possa ser efetuado, e da adequação das condições climáticas ao atraso do plantio, para assegurar um bom desenvolvimento das culturas.

Se é assim, o que o governo pode fazer? Nesse momento, absolutamente nada. Ou melhor, pode torcer, como todo o país, para que chova em quantidade adequada e nas regiões certas.

Como mostramos nas edições de setembro e de outubro, apesar da safra de 1994/95 desempenhar papel estratégico para a própria viabilidade do Plano Real, o pacote agrícola não estimulou o produtor rural. A não-solução das dívidas da agricultura e a manutenção da TR como fator de correção monetária do crédito rural, num momento em que as autoridades forçam a economia a se desindexar, provocaram queda da demanda por recursos para o financiamento da safra.

Por outro lado, a perspectiva de estabilização monetária duradoura trouxe a expectativa de que poderá haver forte aumento da demanda por alimentos e por matérias-primas de origem agrícola. Essa possibilidade, de caráter marcadamente otimista, levou alguns analistas à previsão de que haveria, em 1994/95, alguma expansão da área e, principalmente, melhores tratos culturais, com a utilização predominante de recursos próprios.

A perda da importância dos instrumentos clássicos da política agrícola na definição das intenções de plantio é um fenômeno que não vem de hoje. Porém, por menos que o governo possa fazer para estimular a produção rural e por menor que seja a influência de suas decisões nas intenções do produtor, ainda assim a variação da produção agrícola que pode advir da ação ou da omissão governamental é significativa e de extrema relevância, mormente num período em que alguns vislumbram no horizonte um aumento da demanda por produtos do meio rural.

Nesse sentido, cabe ao governo preservar a credibilidade da política agrícola. E, para esse objetivo, em nada contribui a adoção de medidas cujos frutos esperados precisam amadurecer rapidamente. Por exemplo, a recente e generalizada redução das tarifas de importação objetivando conter as elevações, algumas exageradas, de preços agrícolas. No longo prazo, a redução tarifária é desejável; imediatamente, porém, seus efeitos sobre as intenções de plantio não são nada positivos. Mais grave ainda é a combinação de menores tarifas e a prática de importações de produtos notoriamente subsidiados na origem, sem a devida taxação compensatória, quando de sua internalização. É o caso, apenas para citar dois exemplos, das compras de leite e de trigo.

Mas existem, também, notícias boas a registrar. Estão surgindo no mercado vários títulos cuja finalidade é reunir recursos privados para financiar a atividade agrícola. Para que possam florescer, essas iniciativas sugerem cautela por parte das autoridades.

Durante muitos anos, por força da pressão inflacionária, as autoridades governamentais foram obrigadas a administrar unicamente o curto prazo, deixando de lado questões estratégicas. Esperemos que esses dias estejam por terminar.